



Prefeitura Municipal de Registro

Departamento Municipal de Administração

DECRETO Nº 293/2000

DETERMINA A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, AOS DÉBITOS ORIUNDOS DE PRECATÓRIOS JUDICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE REGISTRO.

SAMUEL MOREIRA DA SILVA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso V da Lei Orgânica do Município de Registro, e;

Considerando a necessidade de adequar a Lei Orçamentária, seu cumprimento e execução financeira, na forma e em consonância com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 30,

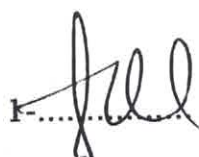
DECRETA:

Artigo 1º – Todos os precatórios pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, e os que decorrerem de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos; ressalvados porém, os critérios definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em Juízo, conforme assim dispõe o artigo 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acrescentado pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 30, de 2000.

Parágrafo único – O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

Artigo 2º – Os departamentos municipais de Finanças e de Assuntos Jurídicos, farão elaborar pela ordem cronológica, a relação completa de todos os débitos a que se referem o presente Decreto, ficando a encargo do Departamento Municipal de Assuntos Jurídicos o controle, processamento e acompanhamento dos pagamentos na forma programada.

Rubricas:

1-.....

2-.....

Visto do Jurídico:

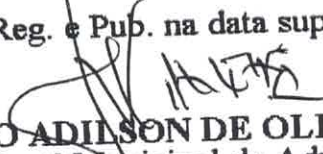
Artigo 3º – As despesas decorrentes dos pagamentos contidos neste Decreto, correrão por conta das verbas consignadas nos orçamentos anuais a serem fixadas para os exercícios respectivos.

Artigo 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 21 de dezembro de 2000.-


SAMUEL MOREIRA DA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Reg. e Pub. na data supra


JAIRO ADILSON DE OLIVEIRA
Dir. do Deptº Municipal de Administração

Câmara Municipal de Registro

ARQUIVE-SE

05/02/2001


Presidente

Visto do Jurídico.....